

Altera a Lei nº 12.302, de 2 de agosto de 2010, a fim de acrescentar requisito para o exercício da profissão de instrutor de trânsito e de regulamentar o exercício da profissão de diretor-geral e de diretor de ensino de centros de formação de condutores.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.302, de 2 de agosto de 2010, a fim de acrescentar requisito para o exercício da profissão de instrutor de trânsito e de regulamentar o exercício das profissões de diretor-geral e de diretor de ensino de centros de formação de condutores.

Art. 2° A ementa da Lei n° 12.302, de 2 de agosto de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Regulamenta o exercício das profissões de instrutor de trânsito, de diretor-geral e de diretor de ensino de centros de formação de condutores."

Art. 3° A Lei n° 12.302, de 2 de agosto de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício das profissões de instrutor de trânsito, de diretor-geral e de diretor de ensino de centros de formação de condutores." (NR)

"Art. 2° Considera-se instrutor de trânsito o profissional responsável pela formação de condutores de veículos automotores e elétricos, desde que vinculado a centro de formação de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

condutores e com registro no órgão executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal."(NR)

"Art. 2°-A Considera-se diretor-geral o profissional responsável pela administração e pelo correto funcionamento dos centros de formação de condutores, além de outras atribuições determinadas pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran)."

"Art. 2°-B Considera-se diretor de ensino o profissional responsável pelas atividades pedagógicas dos centros de formação de condutores, além de outras atribuições determinadas pelo Contran."

"Art. 3°-A Compete ao diretor-geral:

- I estabelecer e manter as relações
 oficiais com os órgãos ou entidades do Sistema
 Nacional de Trânsito;
- II administrar a instituição de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão ou entidade executivos de trânsito do Estado ou do Distrito Federal;
- III praticar todos os atos administrativos necessários à consecução das atividades que lhe são próprias e possam contribuir para a melhoria do funcionamento da instituição;
- IV assinar, em conjunto com o diretor de ensino, os certificados de conclusão de cursos de formação, de atualização e de reciclagem, com a identificação da assinatura;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

V - frequentar cursos de aperfeiçoamento ou de atualização determinados pelo órgão ou entidade executivos de trânsito do Estado ou do Distrito Federal."

"Art. 3°-B Compete ao diretor de ensino:

I - orientar os instrutores no emprego de métodos, de técnicas e de procedimentos didáticopedagógicos, dedicando-se à permanente melhoria do ensino;

II - organizar o quadro de trabalho a ser
cumprido pelos instrutores;

III - acompanhar, controlar e avaliar as
atividades dos instrutores, a fim de assegurar a
eficiência do ensino;

IV - frequentar cursos de aperfeiçoamento ou de atualização determinados pelo órgão ou entidade executivos de trânsito do Estado ou do Distrito Federal."

"Art. 4°-A São requisitos para o exercício da atividade de diretor-geral e de diretor de ensino:

I - idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

II - curso superior completo;

III - curso de capacitação específica
para a atividade; e

IV - no mínimo 2 (dois) anos de habilitação."

"Art. 5° São deveres do instrutor de trânsito, do diretor-geral e do diretor de ensino:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

"Art. 6° É vedado ao instrutor de
trânsito, ao diretor-geral e ao diretor de ensino:
" (NR)
"Art. 7° São direitos do instrutor de
trânsito, do diretor-geral e do diretor de ensino:
"(NR)
Art. 4° Fica assegurado o direito ao exercício da
profissão aos instrutores de trânsito, aos diretores-gerais e
aos diretores de ensino que já estejam credenciados nos
órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados ou do
Distrito Federal na data de entrada em vigor desta Lei.
Art. 5° Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

HUGO MOTTA Presidente

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 4 de agosto de 2025.

